

Natureza e Território: O papel do mundo natural na formação e consolidação territorial do Brasil (1839 – 1845)

Luis Fernando Tosta Barbato

Universidade Estadual de Campinas

Campinas – São Paulo – Brasil

lfbarbato@gmail.com

Resumo: Nesse artigo, pretendemos analisar o papel da natureza brasileira na demarcação e na consolidação do território nacional do Brasil. Para isso, utilizamos os artigos contidos nas revistas do IHGB entre os anos de 1839 e 1845, nos quais podemos observar os temores e anseios de intelectuais envolvidos na árdua tarefa de criar símbolos para um jovem país em vias de fragmentação territorial, além de demarcar as fronteiras de um Brasil cercado de inimigos potenciais.

Palavras-chave: Formação do território nacional, Natureza, IHGB.

Ellas [as terras setentrionais] indicam genio de serem productivas em todo genero de plantações e culturas: e de que há nellas muitos gêneros nativos, optimos campos para armentios e cavallos, ilhas e serras, e montes acobertados de arvores proíficas, que abrem grandes valles, onde a terra brota plantas valiosas para os usos da vida, serras de crystaes e de outras produções mineraes, grandes rios e lagos, numerosos animaes e aves para exercicio dos caçadores, e grãa copia de cabildas sylvicolas para empregar na força productiva. Tudo isso são úteis que enchem os olhos a eles [os ingleses] (BAENA, 1841, p. 331).

Dentro do projeto inicial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB –, os estudos de geografia ocupavam um espaço definido e bastante pragmático, que consistia em demarcar e reiterar os limites territoriais do Império¹, assegurando assim a integridade territorial do recém-independente Brasil.

Isso explica a expressiva quantidade de artigos que tocam na questão referente à defesa do território nacional dentro das revistas do instituto, nos períodos iniciais de

¹ Simon Schama atentara para o uso que as instituições modernas – dentre as quais se inclui o Estado Imperial brasileiro – fazem dos elementos naturais para legitimação de seus pressupostos. Afirmou o autor: “muitas de nossas preocupações modernas - império, nação, liberdade, empresa e ditadura- têm invocado a topografia para conferir uma forma natural a suas ideias”. Cf. SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 28.

sua fundação. Mas qual é a relação da natureza² com esse tema? Porque era importante, conhecer o ambiente natural para defender a integridade territorial do Império?

No entanto, antes de nos atermos a essas indagações, seria importante nos atermos brevemente à questão de que o Brasil recém-independente herdou concepções de sua antiga metrópole portuguesa, tanto em termos de fronteiras³, quanto em noções relacionadas à questão territorial.

Em meados do século XIX, período em que centramos nosso estudo, as fronteiras do Brasil já se apresentavam, salvo pequenas exceções⁴, como as atuais. Portanto, o Império Brasileiro não precisou se ater em grandes conquistas territoriais, sua tarefa consistia em proteger esses territórios dos inimigos em potencial, que praticamente cercavam o país⁵.

Essa tarefa de conquista de novas áreas, que viriam a compor o Brasil, coube ao governo português, que se lançou com muito afinco no esforço de expandir e assegurar os contornos da sua porção no Novo Mundo. E nesse sentido, o Tratado de Madri – de 1750 – serve como ponto de partida, para entendermos todo o processo de valorização territorial pelo Império lusitano, característico do século XVIII e que muito influenciou nossos intelectuais do IHGB, no século seguinte.

Podemos dizer que o Tratado de Madri serviu de ponto de partida para nossa análise, porque, segundo Magnoli (2003), foi ele o responsável por dissolver de uma vez por todas as fronteiras imaginárias do Tratado de Tordesilhas, colocando de maneira efetiva as duas coroas ibéricas diante do problema dos limites de seus territórios na América. Além do que, marcou o conjunto de operações territoriais da

² A natureza – ou o mundo natural – pode ser definida como o conjunto de tudo aquilo que não é obra do homem e que opera sem sua intervenção. Nesse contexto, podemos chamar de natureza tudo o que se refere ao meio-ambiente, como a fauna, a flora, o relevo, o clima, o solo, a hidrografia, etc. Para Gilmar Arruda, entretanto, o conceito de natureza não opera apenas no campo físico-geográfico, sendo também uma questão simbólica. O ambiente natural assim se torna aquele oposto ao urbano, ao artificial, ao civilizado. Cf. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões : entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000. p.13.

³ Aqui utilizamos o conceito de fronteira perpetrado pelo geógrafo alemão F. Ratzel, e que serviu de modelo dominante da geografia oitocentista, no qual a fronteira significa o limite de um Estado-nação, espaço no qual ele se desenvolve, e o qual demarca o espaço de vigor de sua ordem, norma e poder. Cf. NOGUEIRA, Ricardo José Batista. "Fronteira: Espaço de referência identitária?" In. *Ateliê Geográfico*. GOIÂNIA: UEG, 2007. p. 27.

⁴ Como é o caso do Acre, que só foi incorporado ao território em 1903, através do Tratado de Petrópolis realizado com a Bolívia.

⁵ O termo inimigo talvez pareça duro demais nessa questão, afinal, salvo certos conflitos na região do Prata, do qual o maior exemplo é a Guerra do Paraguai, o Brasil não sofria ameaças militares de seus vizinhos na maior parte de sua fronteira, no entanto, vale lembrar que os intelectuais do IHGB, atrelados à monarquia brasileira, repudiavam o modelo republicano dos países de origem hispânica que faziam fronteiras com o país, e a própria existência de repúblicas nos limites do império já representavam uma ameaça ao modelo monárquico brasileiro, defendido por aqueles que publicavam no IHGB, ardorosos defensores da Casa de Bragança.

administração pombalina, muito importantes para a configuração geográfica do Estado Brasileiro atual (MAGNOLI, 2003, p. 287-288).

Pombal reorganizou o sistema político da colônia, extinguindo as capitanias hereditárias em 1759 e criando um novo sistema, baseado em blocos de capitanias, diretamente vinculadas à Coroa e designadas para promover a apropriação e a valorização territorial, evidenciando assim que território e fronteira ganharam novos significados no Vice-Reino do Brasil⁶.

Nesse novo sistema, certas capitanias estavam incumbidas de desempenhar papéis-chave na política territorial, a fim de atingir objetivos determinados. Assim, o Rio de Janeiro, por exemplo, desempenhava a função primordial de assegurar o controle metropolitano sobre as rendas auríferas de Minas Gerais. Já São Paulo se tornara fundamental para a apropriação de terras no oeste e na consolidação da fronteira do Guaporé, além de atuar na expansão rumo às terras meridionais. Vale ressaltar que além desses dois blocos, havia os da Bahia, do Maranhão, entre outros, cada qual com papéis específicos (MAGNOLI, 2003, p. 288-289).

Esse ímpeto expansionista, promovido pelo governo português no Brasil, encontrou nos colonos que já habitavam a colônia grandes aliados. Isso porque eles estavam interessados nas extensas terras e nas riquezas potenciais disponíveis no interior do país. Essa união de interesses levou à formação de frentes de apropriação territorial que ajudaram a dar os contornos do país.

Magnoli (2003) localizou quatro dessas frentes, sendo elas: 1) A frente do “Nordeste Novo”, que consistiu na expansão em busca das terras – para atividades pecuárias – no interior das províncias do Ceará, Pernambuco e Paraíba. 2) A frente amazônica, que, graças às chamadas “drogas do sertão”, levou à ocupação de terras no norte do país. 3) A frente das províncias ocidentais – notadamente Mato Grosso e Goiás – que atraiu colonos graças à notícias de metais preciosos na região. 4) A frente das terras meridionais, compreendidas entre São Paulo e Rio Grande de São Pedro, região importante no comércio colonial, objeto de disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola (MAGNOLI, 2003, p. 289-293).

Ou seja, era a natureza brasileira que atraía colonos rumo às distantes regiões do interior do Brasil, num momento em que se precisava produzir “provas de soberania”,

⁶ Utilizei esse termo porque em 1763 o Brasil foi elevado à condição de vice-reino, dentro do Império colonial português.

principalmente em relação às áreas fronteiriças, para serem utilizadas em eventuais embates por territórios em litígio.

Em uma época em que prevalecia a noção do *uti possidetis* nas disputas de limites, segundo a qual o país que explorasse e ocupasse determinada área deveria ter o poder sobre ela (COSTA, 1996, p. 30), afluxos de colonos para áreas fronteiriças – e que outrora pertencera à metrópole rival – atendiam aos interesses da Coroa, que empenhada em assegurar o direito sobre essas terras, além de incentivar seu povoamento através da concessão de forais de vilas, promoveu levantamentos econômicos e censitários, abriu caminhos, construiu fortes, estimulou culturas agrícolas, tudo para servirem como provas que atestassem a ocupação lusitana dessas áreas.

Nesse sentido, a cartografia desempenhou um papel fundamental na demarcação das fronteiras do território brasileiro, isso porque, em finais do século XVIII e início do XIX a chamada “doutrina das fronteiras naturais”⁷, alcançara plena cidadania diplomática, e junto com o conceito do *uti possidetis*, formou a base da política de fronteiras do Brasil. Por isso, cartógrafos empenharam-se em demarcar e registrar em seus mapas os acidentes geográficos presentes nas fronteiras da colônia, para posteriormente servirem também como “provas de soberania” (MAGNOLI, 2003, p. 293-296).

Portanto, notamos que na segunda metade do século XVIII, houve um intenso movimento, comandado pela Coroa portuguesa, mas que contou com a importante participação dos colonos, no sentido de conquistar e legitimar a posse de terras ocupadas no interior do Brasil, principalmente nas regiões fronteiriças. E utilizando-se de estratégias de ocupação e da diplomacia, percebemos que essa empreitada se mostrou bastante bem-sucedida, visto que terras situadas muito além de Tordesilhas foram incorporadas de maneira legal ao território⁸ brasileiro⁹.

Então, se a metrópole portuguesa foi quem explorou, quem ocupou, quem demarcou e por fim, quem conquistou – com direito a legitimação internacional – os

⁷ Princípio surgido na França Iluminista que ressalta que as fronteiras de determinado Estado devem obedecer aos acidentes geográficos do terreno, como é o caso de serras ou rios.

⁸ Podemos definir território como um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, ou uma instituição. Cf. ROSENDAHL, Zeny. “Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da Religião”. In. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005. p. 12.933.

⁹ Além do Tratado de Madri, que foi o primeiro a legitimar como domínio português as possessões além Tordesilhas, seguiram-se o Tratado de Santo Ildefonso (1777), e Tratado de Badajós (1881), que serviram para solidificar as bases territoriais do Brasil na política internacional.

territórios brasileiros, antes concentrados na porção americana da rival Espanha, quais os desafios que o Brasil independente enfrentou no que se refere à política de fronteiras?

Se as fronteiras do país estavam demarcadas, o problema maior encontrava-se no interior do próprio Estado - o que não significa que as fronteiras estavam totalmente em segurança, ou incólumes a possíveis ameaças oriundas de nossos vizinhos. Ao tornar-se independente, o Império brasileiro herdou um conjunto heterogêneo de territórios coloniais, que culminou no perigo de fragmentação citado anteriormente.

Além disso, segundo Candice Vidal e Souza (1997), existem diversas versões definidoras da nacionalidade, entre elas, as que se constroem sobre a afirmação de que a história da ocupação nacional é a história da formação nacional (MORAES, 1996, p. 94-96) e, nesse sentido, observando os territórios brasileiros, dentro de fronteiras já legítimas, notamos que eles não foram ocupados de maneira uniforme, coexistindo áreas sob plena tutela da “civilização”, com outras totalmente desconhecidas dentro do país¹⁰ E isso, segundo Vidal e Souza, ressalta que a própria nação – ainda em formação - encontrava-se em desequilíbrio, já que o Brasil não era o mesmo em toda sua extensão (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 35-36).

Portanto, observamos que apesar de os intelectuais do IHGB de meados do século XIX se depararem com um território já demarcado, os desafios em relação à sua manutenção, proteção, conhecimento e “civilização” ainda não estavam superados, o que demandava esforços de suas partes.

Como já ressaltamos, as fronteiras brasileiras, apesar de delimitadas – na teoria, porque na prática ainda muitas delas eram desconhecidas -, não estavam seguras, e ao analisar os artigos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB -, percebemos que havia grande temor daqueles pensadores no que se dava à proteção do território nacional frente aos vários perigos representados pelos países vizinhos, que cobiçavam as riquezas ofertadas pela exuberante e maravilhosa natureza brasileira.

Tal apreensão em relação aos vizinhos hispânicos presentes nos textos do grêmio carioca, incumbidos da missão de construir uma história de caráter nacional, muito além dos meros temores da cobiça das riquezas naturais brasileiras pelos seus vizinhos

¹⁰ Gilmar Arruda ressalta que essa questão das áreas desconhecidas continuaria a representar um problema para os intelectuais do IHGB, mesmo em épocas posteriores, já na república. Em 1905, ainda havia “manchas de terrenos desconhecidos” por todo Brasil, inclusive em áreas relativamente próximas à capital paulista, o que era visto como um exemplo do atraso brasileiro e que deveria ser corrigido. In ARRUDA, Gilmar. *Op. Cit.* pp. 129-130

(BARBATO, 2009), explica-se pelo próprio lugar de produção em que esses textos eram escritos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838 com um objetivo bastante claro: “deveria ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros” (GUIMARÃES, 1995, p. 473), ou seja, desde já, apresentava-se como um veículo a serviço do Império e do imperador. Tal ligação entre o IHGB e o Império Brasileiro se mostra em diversas ocasiões, como, por exemplo, a composição inicial do instituto, formada em sua maior parte por membros do funcionalismo imperial¹¹; as receitas que mantinham o orçamento, provenientes principalmente de doações do próprio D. Pedro II; e a própria ligação pessoal existente entre o Imperador e o grêmio, evidenciada na sua presença constante nas reuniões do IHGB¹².

Desta maneira, há de se ressaltar que o IHGB já nascera com uma vocação para enaltecer os feitos da Casa de Bragança e a própria figura do Imperador, aspectos que transparecem em suas publicações. A própria existência de modelos republicanos, antagônicos e críticos ao modelo – único nas Américas – da monarquia brasileira torna a geografia um assunto de destaque na RIHGB, visto que, como intelectuais defensores das causas imperiais, cabia a eles contribuir à administração pública o serviço de mapear as áreas mais suscetíveis às ambições dos vizinhos e assim auxiliar o governo de D. Pedro II a se precaver e a se proteger de maneira mais eficiente perante possíveis inimigos. O conhecimento das riquezas, das fronteiras, dos rios, dos acidentes geográficos, das populações, entre outros da esfera geográfica era algo muito caro e necessário, e cabia aos membros do IHGB sua produção e divulgação.

Vale ressaltar que tal conhecimento geográfico produzido pelo IHGB não fugia aos cânones da Geografia de seu tempo, mais voltada para a descrição, quantificação e classificação da paisagem terrestre, em uma pretensa objetividade que não fugia às demais *ciências* oitocentistas, que passavam por um período de resignificação e sistematização. Desta maneira, prima-se pela objetividade nas descrições, pela

¹¹ A composição funcional do recém fundado grêmio revelava a forte ligação deste com o círculo lustrado Imperial, e com o próprio Estado brasileiro, representado pela figura do monarca Dom Pedro II. Sobre essa relação, Schwarcz nos revela que dos 27 membros fundadores do instituto, nada menos que 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do governo. Eram eles procuradores, desembargadores, chefes da secretaria de Negócios do Império, entre outros cargos de prestígio, o que, segundo a autora, formava no IHGB um conjunto que “mais se assemelhava a uma sociedade de corte”, como afirma Schwarcz. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 101-102

¹² Contribuições essas que chegavam a cerca de 75% das receitas do grêmio. Idem, *Ibidem*.

nomeação e precisa localização daquilo a que se refere – as coordenadas, bastante presentes nos textos são mostra disso – e o homem surge apenas como mais um dado da paisagem, o que segundo Robert Moraes (2003) explica a preferência pelo uso do termo população ao termo sociedade nos textos dos geógrafos do século XIX, algo que não fugiu aos membros do IHGB (MORAES, 2003, p. 41).

Nesse sentido, encontramos artigos bastante pragmáticos, que apontam as áreas consideradas mais suscetíveis a ataques inimigos e também meios para evitar invasões ou atuar caso elas viessem a acontecer. E a natureza ocupa lugar central nessa questão, já que, além de atrair inimigos, é no seio dela – nas matas e nos rios principalmente – que se travarão os combates; por isso, conhecê-la se torna fundamental para a defesa do país.

Os artigos, na grande maioria relatos do século XVIII oferecidos ao instituto, evidenciam que o Brasil possuía inimigos em potencial ao longo de toda sua área de fronteiras: holandeses que ameaçavam na fronteira com o Suriname, ingleses na fronteira com a Guiana, os espanhóis nas fronteiras ocidentais e meridionais do Império. Podemos deduzir que mesmo a região litorânea não estava totalmente segura, visto a publicação de artigos referentes às antigas invasões francesas¹³ no Rio de Janeiro (1555) e no Maranhão (1594), que podem evidenciar um alerta de que a cobiça dos estrangeiros poderia vir de todos os lados.¹⁴

¹³ Esses artigos que retratam os grandes feitos luso-brasileiros do passado contra inimigos estrangeiros, segundo as interpretações de Lucia Paschoal Guimarães e Manoel Luiz Salgado Guimarães, foram publicados com o intuito de enaltecer a jovem nação brasileira, carente de heróis e grandes eventos históricos. No entanto, uma segunda interpretação também pode ser proposta, na qual essas publicações também evidenciam o temor desses intelectuais em relação aos estrangeiros ávidos por terras e riquezas brasileiras. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Op. Cit.; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.

¹⁴ Cf. sobre a ameaça holandesa: "Provisão Regia, do anno de 1752, para se construir uma Fortaleza no Rio Branco". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842. p. 504; SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Documento official". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1844, p. 84; sobre a ameaça inglesa: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Op. Cit., pp. 325-31; sobre a ameaça espanhola: "Carta Regia oferecida ao instituto por Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842 p. 239, sobre os franceses: NUNES, Antonio Duarte. "Memoria do Descobrimento e Fundação da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1839, p. 96; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Propriedade e posse das Terras do cabo do norte pela Coroa de Portugal, deduzida dos Annaes Historicos do Estado do maranhão, e de alguma memorias e documentos por onde se acham dispersas as suas provas". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841, pp. 389-398.

Além desses inimigos potenciais externos, encontramos também artigos que tratam das guerras promovidas contra os jesuítas¹⁵, acusados de terem se tornado poderosos demais às custas da exploração do trabalho indígena, o que evidencia o temor de inimigos vindos de dentro do próprio território, além de ressaltar a ideia de fragilidade da nação recém independente.

Depois de conhecidos os inimigos, são apontadas soluções para combatê-los, como no caso do perigo representado pelos ingleses na fronteira com a Guiana, no qual o tenente-coronel e membro correspondente do IHGB Ladislau Monteiro Balna, além de alertar sobre a cobiça inglesa sobre as terras setentrionais do Brasil, que segundo ele “*indicam gênio de serem productivas em todo genero de plantações e culturas*”, também traz uma série de coordenadas geográficas que demarcam os limites entre as duas regiões e ressalta que a serra de Pacaraina, divisa natural¹⁶ da área deve ser respeitada. Ele ainda salienta que existe um forte – o Forte de São Joaquim do Rio Branco – há poucas milhas do local, o que evidencia que o Brasil estava atento em relação aos seus limites e tinha condições de protegê-los (BAENA, 1841, p. 325-331).

Seguindo essa mesma linha, podemos citar dois artigos que apontam soluções para a defesa da província do Mato Grosso, tida como detentora de preciosos recursos naturais – entre eles as cobiçadas minas – e também de grande valor estratégico, tanto por ter “*quinhentas leguas de larga fronteira aberta a dous Governos estranhos*”¹⁷ ¹⁸ quanto por ser ela o local das nascentes de importante parte dos grandes rios brasileiros, como é o caso do Madeira, do Guaporé, do Mamoré e do Paraguai (SERRA, 1840, p. 19).

Esses artigos revelam a vontade presente no IHGB de conhecer para defender. No artigo do tenente-coronel-engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, de 1800, o

¹⁵ “Relação abreviada da Republica que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos dominios ultramarinos das duas monarchias, e da guerra que n’elles tem movido e sustentado contra os exercitos hespanhoes e portugueses”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos. 1842, pp. 265 e 266; OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “A celebração da paixão de Jesus Christo entre os guaranys”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos. 1842. pp. 333-335

¹⁶ O que mostra que a doutrina das fronteiras nacionais ainda estava em voga nesse período, e que continuava sendo muito importante no que confere à legitimação de posses territoriais.

¹⁷ O termo *estranho* nessa frase do Presidente da Província do Mato Grosso Jozé Antonio Pimenta Bueno, em um discurso de 1837, pode tanto ter o sentido de desconhecido, quanto o de anormal, num sentido mais pejorativo, ressaltando assim o repúdio ao modelo republicano adotado pelo Paraguai e Bolívia no pós-independência, os dois “governos estranhos” em questão. A segunda opção nos parece mais pertinente, tendo em vista o contexto em que foi elaborada a frase.

¹⁸ “Extracto do discurso do prezidente da provincia do Mato Grosso, o Doutor Jozé Antonio Pimenta Bueno, na abertura da assemblea legislativa provincial, em o dia 1 de março de 1837”. In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos. 1840. pp. 168-170

autor apresenta dados referentes à geografia e à população da região, aos terrenos limítrofes, aos recursos naturais disponíveis, tudo isso com o objetivo de que, em caso de invasão inimiga, ou mesmo de uma eventual ofensiva brasileira partindo de lá, o Brasil esteja mais bem preparado que o seu adversário (SERRA, 1840, p. 19).

Em relação ao Sul do Brasil, encontramos artigos semelhantes que se referem ao Mato Grosso, já que também trazem descrições geográficas e populacionais das áreas fronteiriças, e ressaltam o grande valor estratégico da região, que assim como a província do Mato Grosso, são consideradas as portas de entrada do Brasil para nações estrangeiras inimigas. No excerto abaixo, podemos observar claramente o temor em relação aos vizinhos de origem hispânica:

Havendo, como ha, mais de uma entrada para este rio [o Tacuani], e existindo a esquadilha de Buenos-ayres, como existe actualmente, se necessita uma força capaz de conter aquela, e destruir as embarcações que possam armar em Sancta Fé, Entre Rios e Correntes (...) (SILVA, 1840, p. 310-311)

Como percebemos, na grande parte dos artigos que tocam na questão da defesa do território, encontramos um grande enfoque em relação aos rios, o que mostra que além de considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico da colônia, eles também o eram nas questões estratégicas.

Por isso é importante conhecê-los e dominá-los, pois dentro do IHGB eles são, ao mesmo tempo, as vias de desenvolvimento da nação - por onde passam comerciantes que levam o progresso ao interior do Brasil e dele trazem as infindas riquezas naturais até as cidades -, e é através deles que se realizam as expedições científicas que ajudam a trazer as Luzes para o Novo Mundo, ou ainda conduzem os colonos, que povoam os “incultos sertões” predominantes nos rincões do país, levando a civilização ao até então bárbaro mundo dominado pelos indígenas. Mas também esses mesmos rios eram as portas de entrada e os corredores de locomoção de tropas inimigas para dentro do território nacional, daí a necessidade de tê-los sob controle¹⁹.

Dominar esses rios significava, além de conhecer seus percursos, seus acidentes geográficos ou as populações que habitavam suas margens, também subtraí-los aos

¹⁹ Corroborando os dizeres de Marcela Marrafon de Oliveira, segundo os quais, os rios brasileiros, em relação à nascente nação brasileira assumiam duas funções distintas, porém complementares: A primeira como *caminhos* e a segunda como *fronteiras*, sendo ambas expressivas da nacionalidade. In OLIVEIRA, Marcela Marrafon. *Paquequer, São Francisco e Tietê : as imagens dos rios e a construção da nacionalidade*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. p. 55

domínios indígenas, que eram vistos como verdadeiros entraves para seu desbravamento e utilização, como podemos perceber nos dizeres de Pimenta Bueno, presidente da Província do Mato Grosso: *“Pontos importantes da Província, e grande parte dos seus rios achão-se ainda debaixo do domínio destes primitivos ocupantes [os indígenas]: algumas explorações por isso tem sido retardadas, e outras incompletas”* ²⁰.

Podemos notar nos relatos que o combate aos indígenas nessas regiões de fronteira tinha um duplo caráter: além de realmente livrar as vias fluviais desses homens tidos como bárbaros²¹, também servia para mostrar o poder militar brasileiro às nações vizinhas, como fica claro nos dizeres de uma Carta Régia, endereçada ao governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, e que entre várias instruções para o estabelecimento de uma rota comercial e de comunicação entre sua província e a do Mato Grosso, instrui para que seja estabelecido *“algum respeitável armamento, debaixo do pretexto de conter os índios, a fim de que os Hespanhoes vos respeitem”* ²².

Portanto, notamos um quadro preocupante dentro do Brasil de meados do século XIX: índios selvagens espalhados por todo o território, inimigos por toda a região de fronteira, que cobiçavam as terras e riquezas naturais brasileiras, jesuítas que, através da exploração do trabalho indígena ficaram poderosos demais e ameaçavam o poder central do Império, oligarquias regionais que pouco se sentiam representadas dentro do país e que a qualquer momento poderiam deflagrar revoltas de cunho separatista. Ou seja, a integridade territorial do país estava seriamente ameaçada, pelo menos aos olhos daqueles que produziam no IHGB, calcados em um lugar de produção voltado para a unidade nacional e para a defesa da monarquia em um continente repleto de governos republicanos.

Para combater os perigos internos, como já frisamos, os intelectuais do IHGB optaram, à saída militar, pela construção de uma identidade cultural que fosse capaz de unir as heterogêneas oligarquias espalhadas pelo extenso território brasileiro em torno de um sentimento nacional, que eles viram ser mais eficaz que a outra alternativa.

²⁰ “Extracto do discurso do prezidente da provincia do Mato Grosso, o Doutor Jozé Antonio Pimenta Bueno, na abertura da assemblea legislativa provincial, em o dia 1 de março de 1837”. Op. Cit. p. 168

²¹ Como no caso dos índios Canoeiros que habitavam o rio Tocantins, e eram acusados de impedir o comércio e o acesso a *“todas ou quasi todas as minas”* da região. Cf. “Parte segunda do thesouro descoberto no Rio Amazonas: noticia geral dos índios, seus naturaes, e de algumas nações em particular; da sua fé, vida, costumes e das cousas mais notáveis da sua rusticidade” In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos. 1841, p. 284

²² “Carta Regia oferecida ao instituto por Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond”. Op. Cit. p. 239

No que se refere aos perigos externos, como já observamos, os intelectuais focam a proteção nas forças militares, mesclada a estratégias de povoamento das fronteiras, a um sistema de defesa mútuo entre as diversas províncias do Império²³ e a um conhecimento profundo dos territórios nacionais, principalmente os de fronteiras.

Portanto, concluímos que a natureza torna-se tema central nesse contexto territorial brasileiro do pós-independência, pois foi ela quem impulsionou a colonização dos chamados “sertões” brasileiros, através dos recursos e possibilidades de ganhos que poderia oferecer, o que, aliado às práticas bastante eficazes da Coroa Portuguesa, levou o território brasileiro a praticamente assumir a configuração atual desde a metade do século XVIII.

Além disso, ela servia como base legal na constituição dos limites entre territórios vizinhos, eram dela os caminhos que interligavam o Brasil, e ainda era objeto de orgulho entre pensadores brasileiros, a ponto de ser escolhida como ponto-chave na conformação da identidade nacional.

No entanto, para controlar todas essas vantagens que a natureza brasileira oferecia ao país necessitava-se de um cuidado bastante grande das autoridades nacionais, já que havia muitos estrangeiros potencialmente dispostos a usurpar nossos recursos naturais, o que demandava esforços para evitar tais atitudes. E percebemos que era preciso que o país conhecesse seus inimigos, onde eles estavam concentrados, o que eles cobiçavam e por onde eles poderiam penetrar, ou seja, todo um conhecimento da geografia nacional, tarefa que o IHGB se propôs a realizar em nome do futuro da nação.

²³ Encontramos um artigo que veio a calhar para os ideais unitários do IHGB, no qual o governo português envia uma série de instruções militares ao Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, reportando sobre o dever de cada uma das colônias portuguesas do Brasil de ajudarem-se mutuamente em caso de necessidade. Cf. MELLO E CASTRO, Martinho. “Instrução militar para Martim Lopes Lobo Saldanha, Governador e Capitão-Geral da Capitania de S. Paulo”. In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos. 1842. p. 350.

NATURE AND TERRITORY: THE ROLE OF THE NATURAL WORLD IN THE FORMATION AND CONSOLIDATION OF TERRITORIAL BRAZIL

Abstract: In this article, we examine the role of the Brazilian nature in the formation and consolidation of the national territory of Brazil. For this purpose, we use the articles published in the IHGB magazines between 1839 and 1845, in which it is possible to observe the fears and anxieties of the intellectuals involved in the arduous task of creating symbols for a young country in the process of territorial fragmentation, besides demarcating borders of a Brazil surrounded by potential enemies.

Keywords: Territorial formation of Brazil, Nature, IHGB

REFERÊNCIAS

_____. “Extracto do discurso do presidente da provincia do Mato Grosso, o Doutor Jozé Antonio Pimenta Bueno, na abertura da assemblea legislativa provincial, em o dia 1 de março de 1837”. In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1840.

_____. “Parte segunda do thesouro descoberto no Rio Amazonas: noticia geral dos índios, seus naturaes, e de algumas nações em particular; da sua fé, vida, costumes e das cousas mais notáveis da sua rusticidade” In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

_____. “Provisão Regia, do anno de 1752, para se construir uma Fortaleza no Rio Branco”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842

_____. “Relação abreviada da Republica que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos dominios ultramarinos das duas monarchias, e da guerra que n’elles tem movido e sustentado contra os exercitos hespanhoes e portugueses”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões : entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. “Memoria sobre o intento que tem os inglezes de Denerari de usurpar as terras ao Oste do Rio Repunuri adjacentes á face austral da cordilheira do Rio Branco para ampliar sua colonia”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. “Natureza, Ciência e Progresso: A natureza brasileira no debate letrado do IHGB (1839–1845)” In. *Aedos. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Vol. 2, Nº 3, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Propriedade e posse das Terras do cabo do norte pela Coroa de Portugal, deduzida dos Annaes Historicos do Estado do maranhão, e de alguma memorias e documentos por onde se acham dispersas as suas provas”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1841.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838–1889)” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In *JANCSÓ, Istvan. Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

MELLO E CASTRO, Martinho. “Instrução militar para Martim Lopes Lobo Saldanha, Governador e Capitão-Geral da Capitania de S. Paulo”. In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. “Fronteira: Espaço de referência identitária?” In. *Ateliê Geográfico*. GOIÂNIA: UEG, 2007.

NUNES, Antonio Duarte. “Memoria do Descobrimento e Fundação da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1839.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “A celebração da paixão de Jesus Christo entre os guaranys”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1842.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon. *Paqueta, São Francisco e Tietê : as imagens dos rios e a construção da nacionalidade*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

ROSENDAHL, Zeny. “Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da Religião”. In. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Documento official”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1844.

_____. “Memoria, ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso”. In. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1840.

SILVA, Manoel de Campos. “Descripção do Rio Paraná”. In *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1840.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica: Sertão e Litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SOBRE O AUTOR

Luis Fernando Tosta Barbato – Doutorando em História pelo Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); bolsista da FAPESP.

Recebido em 05/02/13

Aceito em 27/04/13